

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.242 - RS (2017/0093707-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : LÚCIA HELENA ESCOBAR DE BRITO E OUTRO(S) - RS006209
LIA BARTELLE - RS012282
AGRAVADO : BEATRIZ DE LIMA ABRAHAO
ADVOGADOS : GABRIEL DINIZ DA COSTA E OUTRO(S) - RS063407
NÁDIA MARIA KOCH ABDO - RS025983

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. CHEQUE ESPECIAL. CRÉDITO CONSIGNADO. CRÉDITO MINUTO. BANRICOMPRAS. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENCARGOS DE MORA. TAXAS E TARIFAS. MORA. CADASTROS DE INADIMPLENTES. JUNTADA PARCIAL DOS DOCUMENTOS. ARTIGO 359 C.P.C. JUROS REMUNERATÓRIOS. A jurisprudência tem adotado como critério de aferição dos juros remuneratórios, a comparação entre o valor contratado e o valor médio publicado pelo BACEN. Na hipótese dos autos, há demonstração a respeito da manifesta abusividade exigida pelos tribunais em relação ao cheque especial, cartão de crédito e crédito minuto, na medida em que a taxa contratada supera a taxa média de mercado. Taxas contratuais revisadas. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. INFORMAÇÃO SUFICIENTE AO CONSUMIDOR. A jurisprudência nacional reconhece a possibilidade de capitalização de juros, desde que expressamente pactuada. Situação verificada no presente caso concreto na medida em que os contratos apresentam informações suficientes a respeito da incidência de juros capitalizados. ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA. Comissão de permanência cumulada com encargos moratórios. Afastamento da cumulação, ficando permitida unicamente a cobrança da comissão de permanência, limitada à soma dos encargos remuneratórios da normalidade, mais juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o débito, nos termos da Súmula n. 472 do STJ. No cartão de crédito, fica mantida a possibilidade de incidência de correção

monetária, prevista contratualmente, porque ausente comissão de permanência. No cheque especial, nos contratos de crédito consignado, no Banricompras e nas operações de Crédito Minuto, delimitados os encargos moratórios nos termos da Súmula n. 472 do STJ . TAXAS E TARIFAS. Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Na hipótese, não há demonstração de cobrança de taxas da parte autora. MORA. CADASTROS DE INADIMPLENTES. Havendo revisão dos encargos remuneratórios, afasta-se a mora nos contratos revisados no aspecto até a apresentação de nova conta. Por consequência, não há de falar em inscrição em cadastro de inadimplentes nestes. No presente caso, e considerando o andamento procedimental inviável a realização de depósitos nos autos. Os pagamentos devem considerar a forma contratada e os delineamentos realizados pelo Poder Judiciário. SUCUMBÊNCIA. Redimensionamento. Majoração da condenação do Banco para R\$ 2.000,00 e mantida a da parte autora, diante da ausência de recurso no aspecto e da realização de reforma para pior. Prequestionamento. APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS, POR MAIORIA. (e-STJ, fl. 364-365)

Nas razões do apelo nobre, o agravante sustenta, em síntese, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 4º, IX, da Lei 4.595/64; 51 do Código de Defesa do Consumidor; 219 do Código de Processo Civil/73; 397 e 405 do Código Civil.

Sustenta, em síntese: a) a impossibilidade de limitação da taxa dos juros remuneratórios à média de mercado, bem como a do cartão de crédito à taxa média estipulada para o crédito pessoal; e, b) a caracterização da mora da parte agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação prospera, em parte.

O entendimento exposto por este Tribunal Superior, para que se admita a abusividade nos juros, é no sentido de que não basta o fato de a taxa contratada suplantiar a média de mercado, devendo-se observar uma tolerância a partir daquele patamar, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada em cada caso concreto, ante as peculiaridades da demanda.

No caso, a Corte de origem concluiu:

*No que se refere ao cartão de crédito n. 4914*0148, verifica-se nos autos a ausência de informações a respeito das taxas de juros empregadas no contrato. De fato, embora juntadas faturas pela autora (fl.20) e pela ré (fls. 124-174), em nenhum dos documentos há a indicação explícita a respeito da taxa de juros incidentes. Tais documentos violam as próprias estipulações contratuais, que estabelecem que os encargos e as respectivas taxas seriam informadas nas faturas mensais (por exemplo, cláusulas 12.1, "h", fl. 186; e 14.5, fl. 187).*

Segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, não havendo nos autos demonstração das taxas aplicadas no contrato, deve ser determinada a limitação dos juros ao valor médio de mercado do contrato.

No que se refere à taxa média de mercado, extraída das informações públicas informadas pelo BACEN, passou a ser informada unicamente a partir de março de 2011.

Em relação ao período anterior a março de 2011, em razão da inexistência de divulgação do valor médio de mercado do cartão de crédito, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul adotou a sistemática de utilizar, para fins de cartão de crédito, os valores médios aplicáveis ao "cheque especial". Em outras palavras, diante da ausência de disponibilização de informação oficial, adota-se a taxa média do cheque especial, taxa que, embora distinta do cartão de crédito, é a taxa com maior similitude no mercado.

No presente momento, tenho que deve ser mantida a aplicação analógica, em benefício do consumidor. Isso, porque a remessa da questão para a liquidação da sentença gera consequências prejudiciais desnecessárias. Note-se, por exemplo, a possibilidade de que seja dado provimento às revisões nesta instância e, em liquidação da sentença, posteriormente, aferir-se que não houve excesso na cobrança, de forma que o provimento judicial se daria de uma forma genérica e sem considerar a realidade concreta dos autos. Em outros termos, seria a liquidação da sentença que apontaria o dispositivo da decisão, verificando-se somente após

eventual benefício patrimonial.

Situação diferente se dá quando existir nos autos uma indicação mínima em desfavor ou a favor do consumidor, a respeito de não se ultrapassar a taxa média aplicável aos cartões de crédito, o que não é o caso dos autos. Independentemente da inversão de ônus da prova, não veio aos autos nenhuma indicação a respeito da taxa média do cartão de crédito.

Ademais, a mesma dificuldade existente para tal demonstração aqui em sede de processo de conhecimento se repetirá em sede de liquidação e de cumprimento de sentença, acarretando outros incidentes e morosidade processual.

Em tal contexto, à míngua de informações de ambas as partes a respeito da taxa média de mercado, e, sobretudo inexistindo umde lineamento preciso por parte do Superior Tribunal de Justiça a respeito de um possível parâmetro a ser utilizado a todos os consumidores contratantes de cartão de crédito, enquanto inexistente publicação da taxa média de juros do cartão de crédito, tenho como melhor o entendimento de utilizar as taxas do cheque especial por analogia, para aferir-se o cartão de crédito, porque mais benéfico ao contratante. Afinal, o interesse de um julgamento favorável é de interesse de ambas as partes, as quais, conhecendo a controvérsia judicial a respeito do tema, possuem o ônus de apresentar provas que corroborem suas pretensões. Nenhuma das partes trouxe aos autos informações a respeito da taxa média aplicável ao caso, motivo pelo qual a interpretação em benefício do consumidor, do entendimento até então utilizado neste Tribunal. Esse entendimento é adequado, porque também seria difícil, senão impossível, ao consumidor recolher informações suficientes a respeito da taxa média no mercado financeiro (enquanto que para um operador do sistema tal dificuldade é diminuída).

No contrato de cartão de crédito fica a taxa contratual limitada ao valor médio de mercado do cheque especial até fevereiro de 2011 e, após esse período, à taxa média de mercado do cartão de crédito, publicadas pelo BACEN, as quais devem ser aplicadas mês-a-mês nas faturas.

No que se refere ao contrato de cheque especial, verifica-se a aplicação de 8,94% ao mês e de 202,83% ao ano, para o mês de outubro de 2013 (fl. 17). Em relação à média de mercado, no mesmo período em que aplicados os 202,83% ao ano pelo Banco, a média de mercado fora de 144,63% ao ano. Sendo a taxa contratual superior ao valor de mercado, deve ser revisado, o contrato _de_ forma a limitar os juros remuneratórios incidentes no contrato de cheque especial ao valor médio de mercado, considerado mês-a-mês.

[...]

Em relação aos contratos de Crédito Minuto, realizando-se um apanhado exemplificativo das operações celebradas, há indicação probatória de aplicação de 6,93% ao mês e de 123,58% ao ano, para o mês de outubro de 2013 (fl. 17); de 62,71% ao ano, em abril de 2013 (fl. 100); de 105,56% ao ano, em maio de 2013 (fl. 119); de 126,45% ao ano, em agosto de 2013 (fl. 101); de 58,9983% ao ano, em março de 2013 (fl. 102); de 125,72% ao ano, em outubro de 2013 (fl. 103); de 56,33% ao ano, em novembro de 2012 (fl. 105); e de 126,76% ao ano, em julho de 2013 (fl. 108). Nesses mesmos períodos, houve a aplicação média no mercado de juros de 66,14% ao ano (novembro/2012); de 67,95% ao ano (março/2013); 67,75% ao ano (abril/2013); 68,08% ao ano (maio/2013); de 79,21% ao ano (julho/2013); de 79,16% ao ano (agosto/2013), e de 87,89% ao ano (outubro/2013).

A comparação entre as taxas aplicadas e as médias de mercado indica que, em grande parte das operações realizadas entre as partes, houve a aplicação de taxa de juros que supera os valores de mercado. Inclusive, em alguns casos a discrepância se aproxima do dobro da taxa média do crédito pessoal não consignado. Havendo discrepância prejudicial ao consumidor entre as taxas contratuais e as de mercado, está presente a manifesta abusividade contratual, ensejando a redução das taxas aos valores médios de mercado.

Nesse contexto, devem ser revisadas todas as operações realizadas a título de Crédito Minuto nas quais a taxa de juros remuneratórios tenha ultrapassado do valor médio de mercado do mês da contratação. (fls.373-377)

Destarte, para derruir a afirmação das instâncias ordinárias, que com amparo nos elementos de convicção dos autos, considerou cabalmente demonstrada a abusividade da taxa contratada, seria imperioso proceder ao reenfrentamento do acervo fático probatório dos autos, providência vedada no âmbito estreito do recurso especial ante o óbice das súmulas 5 e 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DA TAXA CONTRATADA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. É inviável a aplicação da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato na hipótese em que a Corte a quo tenha

considerado cabalmente demonstrada sua abusividade em relação à taxa média do mercado. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 459.129/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 08/04/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA. (...)

2. Para derruir a conclusão do acórdão estadual, quanto à existência de abusividade da taxa de juros remuneratórios pactuada, seria necessário o revolvimento dos meios de convicção dos autos, soberanamente delineados pela instâncias ordinária, providência vedada nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. (...)

4. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa.

(AgRg no REsp 1400263/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 25/04/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto" (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ. (...)

(AgRg no AREsp 436.537/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014)

Por outro lado, este Tribunal Superior de Justiça possui entendimento no sentido de que constatada a abusividade/ausência de pactuação dos juros remuneratórios, estes devem ser limitados à taxa média de mercado para operações da espécie, não sendo dado, ante a não divulgação pelo Banco Central do Brasil, utilizar taxa média apurada para operação de natureza jurídica diversa.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EFETIVAMENTE CONTRATADA. ADOÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO NAS OPERAÇÕES DA MESMA ESPÉCIE NO PERÍODO AJUSTADO. ENTENDIMENTO SUFRAGADO POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA, SOB O RITO DO ART. 543-C, DO CPC. APLICAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE JUROS DIVULGADA PELO BANCO CENTRAL PARA OPERAÇÕES DE CHEQUE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. DIVERSIDADE DA NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS. PRECEDENTE ESPECÍFICO DESTA TURMA. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. De acordo com o entendimento sufragado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, firmado sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), no contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, limitam-se os juros remuneratórios à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente, nas hipóteses em que: i) reconhecida a abusividade da taxa contratada; e ii) ausente a fixação da taxa de juros remuneratórios no contrato - ou não acostado aos autos o correlato contrato.

2. A discussão travada no presente recurso refere-se ao fato de que, na hipótese de contrato de cartão de crédito, o Banco Central não divulga, como em outras espécies contratuais, a correspondente taxa média de mercado. Dessa circunstância, sobressai a controvérsia se seria possível ou não adotar a taxa média de mercado do 'cheque especial', divulgado pelo Banco Central. E, sobre esta específica discussão, esta Terceira Turma, por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.256.397/RS, em que se propiciou sustentação oral às partes, com ampla discussão entre os então julgadores, decidiu-se pela impossibilidade de se adotar a taxa média apurada para as operações de 'cheque especial' pelo Banco Central às operações de

cartão de crédito, em virtude da manifesta diversidade de natureza jurídica das operações.

3. Na espécie, inexistindo estipulação da taxa média de mercado pelo Banco Central especificamente em relação às operações de cartão de crédito, há que se perscrutar, por meio de outros meios, em liquidação, se for o caso, qual a taxa média de mercado para as operações de cartão de crédito (na esteira da tese firmada nos recursos especiais representativos da controvérsia ns. 1.112.879/PR e 1.112.880/PR), sendo inviável a aplicação de outra taxa média divulgada pelo Bacen relativa à operação que refuja da natureza do ajuste sob exame, como é o caso do cheque especial, conforme decidiu esta Terceira Turma por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.256.397/RS.

4. Provimento ao agravo regimental, bem como ao recurso especial a ele subjacente, para afastar a limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado das operações de 'cheque especial' divulgada pelo Banco Central do Brasil e determinar a apuração, em liquidação, da taxa média aplicável à mesma operação (do cartão de crédito, ressalta-se), no período contratado, aplicando-a, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente."

(AgRg no REsp 1.471.931/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/3/2015, DJe de 9/4/2015).

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARTÃO DE CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE TAXA MÉDIA APURADA PELO BANCO CENTRAL. UTILIZAÇÃO DA TAXA DE CHEQUE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento segundo o qual, para se verificar a alegada abusividade da taxa de juros remuneratórios, deve-se observar a taxa média cobrada para operações da mesma espécie.

2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 628.818/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe de 21/3/2016).

"DIREITO BANCÁRIO E COMERCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ADMINISTRADORA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADA. ABUSIVIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO PARA OPERAÇÕES DA ESPÉCIE.

- 1. Recurso especial, concluso ao Gabinete em 09/06/2011, no qual se discute a utilização da taxa média de mercado do 'cheque especial' divulgada pelo Banco Central do Brasil para limitação da taxa de juros remuneratórios contratada em operação de cartão de crédito. Ação de cobrança ajuizada em 2008.*
- 2. Reconhecida a abusividade da cláusula contratual de taxa de juros remuneratórios, limitam-se os juros praticados à taxa média do mercado em operações da espécie.*
- 3. A ausência de divulgação pelo Banco Central do Brasil de taxas médias para a operação de cartão de crédito não é suficiente para fundamentar a transposição das taxas médias apuradas para as operação de "cheque especial", ante a manifesta diversidade de natureza jurídica das operações.*
- 4. Recurso especial provido." (Terceira Turma, REsp 1.256.397/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe 27.9.2013).*

Na hipótese, o Tribunal de origem asseverou que para a limitação dos juros remuneratórios do cartão de crédito, ao período anterior a março de 2011, deveriam ser utilizadas as taxas médias de mercado dos juros de crédito pessoal .

Dessa forma, necessário afastar-se a limitação da taxa de juros do cartão de crédito à taxa média de mercado das operações de crédito pessoal divulgada pelo Banco Central do Brasil, ao período anterior a março de 2011, e determinar a apuração, em liquidação, da taxa média aplicável à operação de cartão de crédito.

Por fim, o reconhecimento da cobrança de encargos abusivos no período de normalidade afasta a culpa do mutuário pelo inadimplemento da obrigação, acarretando a descaracterização da mora *debetoris*. A propósito, conferir: ERESP 163.884/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, Rel. p/ Acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, julgado em 23.05.2001; Resp n. 1.061.530, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22.10.2008.

No caso em questão, a matéria relativa à limitação dos juros remuneratórios foi acolhida. Assim, constatada a existência de encargo abusivo no período da normalidade do contrato, resta descaracterizada a mora do devedor.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a limitação da taxa de juros do cartão de crédito, ao período anterior a março de 2011, à taxa

Superior Tribunal de Justiça

média de mercado das operações de crédito pessoal divulgada pelo Banco Central do Brasil, e determinar a apuração, em liquidação, da taxa média aplicável à operação.

Custas e honorários advocatícios conforme fixados na origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator